

## Resenha – “Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926 – 2013”

---

Book review - “A history of inequality: the concentration of income among the rich in Brazil, 1926–2013”

Rosana Aparecida Ribeiro <sup>a</sup>

**Resumo:** Resenha do livro “Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926–2013” publicado pela Editora Hucitec/ Anpocs em 2018. Pedro H. G. F. Souza é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada na diretoria de políticas e estudos sociais. A obra oferece uma importante análise da concentração de renda entre os ricos no Brasil baseada em dados tributários.

**Palavras-chave:** Desigualdade de renda, Concentração de renda.  
**Classificação JEL:** J01.

**Abstract:** Book review of “Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926–2013” published by the Hucitec/Anpocs. Pedro H. G. F. Souza is a researcher at the Institute of Applied Economic Research in the Directorate of Policies and Social Studies. The book offers an important analysis of income concentration among the wealthy in Brazil based on tax data.

**Keywords:** Income inequality; Income concentration  
**JEL Classification:** J01.

---

---

<sup>a</sup> Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [rosana.ribeiro@ufu.br](mailto:rosana.ribeiro@ufu.br).

No Brasil, a concentração de renda elevada se confirma em indicadores variados e bases de dados distintas. A disparidade de rendimento se entrelaça com outras diferenças graves, a exemplo das desigualdades no acesso à escola de qualidade e na permanência na educação.

Com efeito, o tema da concentração de renda ocupou o centro da pesquisa de Pedro H. G. Ferreira de Souza, apresentada em tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida em 2017. Souza usou dados tributários para estudar a distribuição de renda no Brasil; e com sua análise ele contribuiu significativamente para as formas de se usar e se manipular tal corpus. Não por acaso, sua tese obteve prêmios como Melhor Tese em Sociologia e prêmio da ANPOCS. Com a premiação, veio o convite para publicá-la em forma de livro. Assim, após fazer a adaptação do texto da tese para o público do livro (não acadêmicos), em 2018 Souza publicou [\*Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926–2013\*](#), pela editora Hucitec. O livro foi igualmente laureado, agora pelo prêmio Jabuti, nas categorias “Humanidades” e “Livro do ano”.

Esta resenha vem expor impressões de leitura da obra de Souza; sobretudo, apontar elementos que podem ser vistos como contribuições e conclusões importantes que ele faz ao debate sobre desigualdade de renda no Brasil. O propósito foi destacar pontos passíveis de instigarem a leitura aprofundada que o texto merece; seu tema é de muita relevância para sociedade brasileira, como sugerem os prêmios recebidos — medida dos méritos do estudo. À luz de dados tributários, a análise de Souza acerca da dispersão dos rendimentos com base na renda dos mais ricos acompanha os estudos do economista francês Thomas Piketty et al. denominados *top incomes*.

O texto do livro de Souza foi dividido em duas partes. A parte 1 contém três capítulos (1, 2 e 3), que tratam de discursos e interpretações sobre concentração dos rendimentos em épocas distintas no Brasil.

O capítulo 1 aborda narrativas de concepções dicotômicas que opunham capitalistas e proletários ou elites dirigentes e massas governadas no período 1880–1945. Nesse intervalo, verifica-se redução das desigualdades entre renda e riqueza nos países ricos no contexto de eventos como duas guerras mundiais e a recessão econômica nos anos 1920.

O capítulo 2 se concentra na literatura acadêmica sobre a domesticação das desigualdades socioeconômicas e a era otimista do período 1945–75. Nesses anos, as narrativas benignas se expandiram num contexto de consolidação do Estado de Bem-estar e de redução de conflitos ideológicos. No entanto, em países desenvolvidos, tumultos políticos e sociais, dentre outros acontecimentos, na década de 1960 puseram em xeque as interpretações benignas sobre a desigualdade de renda. A transposição dessas interpretações benevolentes para o Brasil não teve aceitação unânime entre estudiosos da distribuição de renda; muitos salientavam a ampliação da concentração de renda e do conflito de interesses a partir do decênio de 60.

O capítulo 3 aborda o ocaso e o retorno da concentração de rendimentos na literatura acadêmica no interregno 1975–2015. Após os conflitos sociais e políticos do início dos anos 70, o tema distribuição de renda retornou às discussões acadêmicas; mas o

aprofundamento da crise econômica nas nações desenvolvidas ao longo da década contribuiu para deixar o tema na marginalidade de novo. Nos anos 1980, a elevação das desigualdades de renda em países como Estados Unidos trouxe de volta a literatura dicotômica sobre concentração de rendimentos e sobre o reconhecimento da influência de arranjos institucionais nacionais em questões de distribuição.

A parte 2 do livro é dedicada à concentração de renda no topo conforme os dados tributários, especialmente o imposto de renda de 1926 a 2013. Também se compõe de três capítulos (4, 5 e 6).

O capítulo 4 trata do uso dos dados tributários no estudo das questões distributivas. De acordo com Souza, as pesquisas domiciliares apresentam limitações na captação dos rendimentos mais elevados, pois o que estimam, mais adequadamente, são as modificações na base e no meio da distribuição de renda. Dito isso, os dados tributários se revelam mais adequados ao estudo da concentração da renda no topo na medida em que captam os rendimentos dessa parcela da população com mais exatidão. O autor detalha ajustes, imputações e tabulações necessários ao imposto de renda para se construir a série histórica dos indicadores de concentração de renda no topo. Souza analisa a fração da renda recebida por 0,1%, 1% e ou 5% mais ricos.

O capítulo 5 é dedicado à análise dos indicadores de concentração de renda no topo conforme os dados tributários e índices baseados em pesquisas domiciliares feitas em nove décadas. Os dados do imposto de renda de pessoa física indicam concentração maior de renda no topo do que as pesquisas domiciliares. Por outro lado, as estimativas de desigualdade de renda nos censos demográficos são similares aos cálculos baseados no imposto de renda. De acordo com este, a fração de renda recebida pelo 1% mais rico do país permaneceu entre 20% e 25% no prazo de quarenta anos em quase sete décadas. Nos anos 1980, censos e PNADs registraram piora na concentração de renda. Após 2000, os resultados dessas pesquisas domiciliares produziram resultados divergentes: os indicadores obtidos da PNAD apontam queda, enquanto os indicativos dos censos apontam estabilidade na concentração de rendimentos no mesmo período.

Os dados tributários indicam estabilidade relativa da concentração de renda no topo. Mas, na história brasileira da desigualdade, houve idas e vindas na parcela da renda recebida pelos mais ricos. Dentre os motivos da inércia na participação da renda dos mais ricos, destacamos aspectos institucionais e muitas políticas e decisões que expressaram o relacionamento entre Estado e elite econômica. Os mais ricos reúnem vários grupos econômicos com recursos e interesses em comum que lhes permitem se organizarem e vetarem mudanças distributivas.

Souza argumenta que o Brasil dos anos 1920 era mais desigual que países ricos. No entanto, a distância entre nossos indicadores de distribuição de renda e os dos países desenvolvidos se elevou ao longo dos anos seguintes. Ao se compararem a concentração de renda no topo e o PIB per capita, verifica-se que o país está numa posição próxima daquela dos países ricos em nosso estágio de desenvolvimento; embora pudéssemos ter realizado mais em prol da maior equidade dos rendimentos. Em muitos países ricos, as grandes transformações no topo da distribuição dos rendimentos coincidiram com grandes

choques (guerra mundial). Nos períodos de crises, os atores adquirem capacidade de modificarem as instituições em direções definidas.

Convém dizer que Souza se revela pessimista com a possibilidade de um país como o Brasil — com concentração elevada de renda no topo — avançar aos poucos rumo à distribuição de renda mais igualitária. Crises políticas e econômicas tiveram desfechos desfavoráveis às questões distributivas. A título de ilustração, no governo militar (1964–84) o país teve alterações institucionais significativas como as reformas tributária e financeira; mas numa direção concentradora da renda.

O capítulo 6 trata, de forma exploratória, da relação entre arranjos institucionais, políticas, programas, regulações e desigualdade na renda dos brasileiros. Souza se esforçou para caracterizar o contexto histórico e as inovações institucionais que possibilitaram variações nas frações das rendas recebidas pelos mais ricos. Porém, não realizou testes econométricos exaustivos que permitam estabelecer relações de causalidade; isso pode ser realizado em pesquisas futuras sobre a distribuição de renda. De acordo com os dados tributários no intervalo 1926–45, o país experimentou elevação na concentração de renda no topo, sobretudo durante o Estado Novo, coincidente com o tempo da Segunda Guerra Mundial. Alguns fatores contribuíram para tal resultado; choques externos menos severos, suspensão dos direitos sociais, acomodação dos interesses e pressões dos estratos mais ricos foram alguns.

Por outro lado, o período 1945–64 trouxe o declínio da concentração de renda no topo, especialmente no governo Juscelino Kubitschek. Dentre os acontecimentos que contribuíram para se desconcentrarem os rendimentos, se encontram o retorno das liberdades civil e política, as elevações do salário mínimo, a decadência do setor cafeeiro e o aumento das alíquotas do imposto de renda.

Contudo, a melhora no quadro da distribuição de renda teve reversão na primeira década da ditadura militar, 1964–74. Os dados tributários mostram piora na concentração de renda influenciada pelo arrocho salarial dos primeiros governos (desigualdades educacionais também tiveram relevância). De 1975 em diante, o governo autoritário tratou de conter a piora da distribuição de renda. Fatores que contribuíram para a reversão da concentração de renda destacam a reorganização da sociedade civil e a adoção de uma política salarial mais flexível.

O período de transição democrática coincidiu com o descontrole inflacionário e as crises fiscal e do setor externo. Nesse contexto, os indicadores apontam elevação da concentração de renda nos anos 1980. Em 1988, a Constituição Federal veio reposicionar o país no caminho da democracia, enquanto em 1994 se alcançou o controle da inflação. A partir de 2003, o país experimentou crescimento econômico e melhora nos indicadores de concentração de renda, estimados pela PNADs. A melhora deu origem a várias interpretações otimistas sobre o futuro da concentração de renda brasileira; mas, de 2014 a 2016, as crises econômicas e políticas enterraram as previsões otimistas sobre a distribuição de renda.

No século XXI, os dados tributários apontam estabilidade da concentração de renda no topo. Segundo o estudo aqui resenhado, a distribuição funcional da renda se alterou

menos do que muitas vezes se imagina. No entanto, as dificuldades da desconcentração da renda no topo não impediram uma melhora significativa nos rendimentos dos mais pobres. As ponderações de Souza sobre a dificuldade de desconcentrar renda no topo fora de graves crises reforça a necessidade de políticas e programas de elevação da renda recebida pelos mais pobres. No curto prazo, políticas e programas para ampliar (e garantir) a renda e as condições de vida dos mais pobres se mostram mais viáveis do que um programa para desconcentrar a renda no topo que envolvem o médio e o longo prazo.

## Referência

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Niterói: Intrínseca, 2014.